

INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES E INFERÊNCIAS SOBRE A FUNDAÇÃO DO CAMPUS DO VALE DO IVAÍ DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - PARANÁ

INTERIORIZATION OF HIGHER EDUCATION AND SUSTAINABLE REGIONAL DEVELOPMENT: REFLECTIONS AND INFERENCES ON THE FOUNDATION OF THE VALE DO IVAÍ CAMPUS OF THE STATE UNIVERSITY OF MARINGÁ - PARANÁ

AZEVEDO, Mário Luiz Neves De

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o papel da universidade pública no processo de desenvolvimento regional sustentável, considerando especialmente um exemplo de interiorização da educação superior por meio da criação do Campus Vale do Ivaí (CRV) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Considera-se também, neste ensaio, a missão constitucional universitária no Brasil de ensinar, pesquisar e promover a extensão, que são essenciais para o exercício da função de “carro-chefe acadêmico” (*flagship university*) para o desenvolvimento regional sustentável (DRS). São lembrados também aspectos da ocupação das regiões Norte e Noroeste do Paraná.

Palavras-chave: 1) UEM, 2) Vale do Ivaí; 3) Desenvolvimento Regional; 4) Flagship University; 5) Paraná;

Abstract: This article aims to analyze the role of the public university in the sustainable regional development process, especially considering an example of the interiorization of higher education through the creation of the Campus Vale do Ivaí (CRV) of the State University of Maringá (UEM). This essay also considers the university constitutional mission in Brazil of teaching, researching and promoting extension, which are essential for exercising the function of “flagship university” for sustainable regional development. Aspects of the occupation of the North and Northwest regions of Paraná are also mentioned.

Keywords: 1) UEM, 2) Vale do Ivaí; 3) Regional Development; 4) Flagship University; 5) Paraná

INTRODUÇÃO

Em tempos de “sociedade métrica” (Mau, 2019; Muller, 2019) e de “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2019), as universidades, especificamente, têm sido categorizadas, avaliadas e classificadas por indicadores de performance e de resultados de excelência em

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê políticas de educação superior: tendências e perspectivas

ISSN 1984-6576.

E-202155

pesquisa, ensino, citações indexadas (cientometria/bibliometria), internacionalização, inovação e opinião de empregadores de profissionais diplomados. Desta forma, contribuições para o desenvolvimento regional sustentável¹ e para o bem viver de populações e comunidades em que as universidades estão inseridas, de acordo com os usuais modelos de avaliação de performance, pouco (ou nada) são consideradas por agências de classificação de universidades.

A título de exemplo, a *Times Higher Education World University Rankings* (THE), uma reconhecida organização produtora de classificações de instituições acadêmicas, tem ordenado a qualidade universitária por um indicador composto de cinco quesitos, que são subdivididos em 13 indicadores de desempenho:

Quadro 1: Composição do indicador de classificação *THE-World University Rankings*

Quesitos/Critérios	Peso
1. Ensino (Ambiente de Aprendizagem: Reputação Acadêmica, Doutores Titulados, Alunos/Técnicos, Orçamento, Doutores/Bacharelados)	30,0%
2. Pesquisa (Reputação em pesquisa, Investimento em pesquisa e Publicações)	30,0%
3. Influência da Pesquisa (citações)	30,0%
4. Perspectiva Internacional (Colaboração Internacional, proporção de estudantes estrangeiros e proporção de professores estrangeiros)	7,5%
5. Inovação (Captação de Recursos da Indústria)	2,5%
Total	100,0%

Fonte: THE. **About THE's rankings.** Extraído de < <https://www.timeshighereducation.com/>>

De imediato, nota-se que ações da universidade para o desenvolvimento regional sustentável não incidem na melhoria da reputação institucional da universidade em tabelas de *rankings*². Dedicado pesquisador sobre o amplo potencial da Universidade, Douglass (2016) chama a atenção para a tripla missão de uma universidade, descrita por ele como sendo 1) o Ensino, 2) a Pesquisa e 3) o desenvolvimento (local e regional – no Brasil, como está inscrito na Constituição da República de 1988, a terceira missão é chamada de Extensão Universitária). Portanto, Douglass (2016), tomando por referência a realidade dos Estados Unidos da América (EUA), denomina de *flagship university*³ (“carro-chefe acadêmico”) o tipo de Instituição de

¹ O conceito de "Desenvolvimento Regional Sustentável" (DRS) recebe reflexões aprofundadas no artigo "Desenvolvimento regional sustentável: abordagens para um novo paradigma" (INÁCIO et alii, 2013).

² De acordo com Barreyro; Santos; Ferreira (2021, p. 824) “os *rankings* acadêmicos ou *rankings* universitários são tabelas de classificação ordenada de instituições de educação superior, conforme o seu desempenho, medido através de critérios definidos pelos elaboradores de cada publicação” (

³ Douglass (2016, p. 2) registra que “(...) o impulso em direção ao modelo da *Flagship* (“carro-chefe”) teve um estímulo extremamente importante de Washington, DC (sede da capital federal dos EUA). Em 1862, e no meio da Guerra Civil Americana, o Congresso aprovou e o presidente Abraham Lincoln promulgou a Lei de Concessão de Terras para a criação de Instituições de Ensino Superior (*Agricultural College Land Grant Act*). REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê políticas de educação superior: tendências e perspectivas

Educação Superior (IES) que, para além do ensino (formação de pessoal) e da pesquisa (ciência, tecnologia e inovação), dedica esforços para que seu entorno alcance maior desenvolvimento. Portanto, a expressão em inglês *flagship university* designa a universidade que é capaz de exercitar a liderança e a orientação comunitária como se, simbolicamente, fosse um “carro-chefe” ou uma “nau capitânia”, engajando-se com as coletividades, envidando esforços, intermediando recursos, executando políticas, dialogando, liderando uma rede de instituições públicas e apoiando variados atores sociais no sentido do desenvolvimento regional. Nas palavras de Douglass (2016):

A expressão ‘*Flagship University*’ surgiu nos Estados Unidos da América. Inspirada em linguagem náutica, [*flagship*] é a nau capitânia ou o navio-chefe de uma marinha que tem a incumbência de fornecer os meios necessários para coordenação das manobras navais de um almirante ou seu estado-maior. Normalmente, [*Flagship University*] designa uma universidade que tenha alcançado uma posição de liderança em uma rede crescente de instituições públicas com uma ampla missão de aprimorar a sociedade, as economias regionais e outras instituições públicas (...). Elas [*Flagship Universities*] incorporaram os campos tradicionais de ensino das chamadas Artes Liberais da época e cursos de formação profissional com serviços diretos às economias locais e regionais. Ensino e pesquisa em áreas como agricultura e engenharia, junto com programas de extensão e serviços educacionais para agricultores e empresas locais, ajudaram a fomentar o desenvolvimento econômico e a mobilidade socioeconômica. Esta ‘missão tripartite’ de ensino, pesquisa e serviços públicos (...) [extensão] continua sendo um componente arraigado das universidades públicas da América.⁴

Essa legislação seminal oferecia a única coisa de que o governo federal tinha muito: terras, principalmente na zona pioneira do Oeste do País. Cada estado recebeu terras federais para vender e gerar renda com a qual poderiam estabelecer universidades e, especificamente, programas de graduação e pesquisas que apoiariam as economias locais. A Lei de Concessão de Terras reforçou significativamente o movimento em favor da *Flagship University*”.

ORIGINAL (esta e as demais traduções foram feitas pelo autor): “(...) *the push toward the Flagship model had an extremely important impetus from Washington, DC. In 1862, and in the midst of the American Civil War, Congress passed and President Abraham Lincoln signed the Agricultural College Land Grant Act. This seminal legislation offered the one thing the federal government had lots of: land, largely in the expansive West. Each state was given federal lands to sell and generate income with which to establish universities, and, specifically, degree programs and research that would support local economies. The “Land Grant Act” significantly bolstered the Flagship University movement*”.

⁴ ORIGINAL: “*the words ‘Flagship University’ emerged in the United States, drawing on the nautical term in which the flagship or lead ship in a navy provided the primary means of coordinating naval maneuvers by an admiral or his staff. Usually one university attained a leadership position in a growing network of public institutions and with a broad mission to shape society, regional economies, and other public institutions (...). They incorporated traditional liberal arts fields of the era and professionally oriented programs with a direct service to local and regional economies. Teaching and research in areas such as agriculture and engineering, along with programs providing outreach and educational services to farmers and local businesses, helped fuel economic development and socioeconomic mobility. This ‘tripartite mission’ of teaching, research, and public service (...) remains an ingrained component of America’s public universities*”.

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê políticas de educação superior: tendências e perspectivas

ISSN 1984-6576.

E-202155

Este comentário é uma apreciação introdutória sobre a importância de uma universidade pública multicampi interiorizada comprometida com a comunidade e o desenvolvimento regional sustentável, como é o caso da Universidade Estadual de Maringá (UEM) no Estado do Paraná, que é composta por sete diferentes *campi* universitários, localizados nos municípios de Cidade Gaúcha, Cianorte, Diamante do Norte, Goioerê, Ivaiporã, Maringá e Umuarama. Cada um dos *campi*, inclusive o *campus* sede, conforme as normas da UEM, tem o mesmo status institucional e de reconhecimento⁵. Desta maneira, a UEM, atendendo anseios regionais desde sua fundação e segundo suas normas de regulação, ao mesmo tempo que promove, internamente, a integração de uma vasta comunidade de estudantes, técnicos e docentes, também tem por missão integrar-se às comunidades em que está inserida, contribuindo para o acúmulo de capitais científico, social, político e cultural, para, assim, catalisar o desenvolvimento regional sustentável e fortalecer os atores sociais na área de sua influência.

Tais propósitos, próprios de uma genuína instituição pública, permitem a promoção do bem comum, o desenvolvimento regional sustentável e a propagação (*spillover*) do sentimento de pertença à região. Isto porque a consecução dos objetivos de uma universidade (ensino, pesquisa e extensão - inclusive cultura, tecnologia, inovação e outras ações sociais e humanistas, a exemplo de atividades do hospital universitário, hemocentro, instituto de línguas etc) - significa a execução de projetos, programas e planos que propiciam o bem comum e derramam o bem público, progressiva e solidariamente, não só na própria região de abrangência da instituição de educação superior, como também em diversos e variados pontos e áreas do País. Especialmente quando aqueles cidadãos, formados em uma *alma mater* que tinha compromissos originalmente regionais, apresentam-se para atividades e ações em espaços extrarregionais.

O mesmo vale para os casos de cooperação internacional, pois, a universidade pública regional, sendo um genuíno “carro-chefe acadêmico” (Douglass, 2016), isto é, um legítimo intelectual coletivo, ao mesmo tempo que é um ator fundamental para o desenvolvimento regional sustentável, transita em uma via de mão dupla por intermédio de seus acadêmicos

⁵ O **Regimento Geral** da UEM, aprovado pela resolução 021/2008-COU, registra como sua missão a de “produzir conhecimento por meio da pesquisa; organizar, articular e disseminar os saberes por meio do ensino e da extensão, para formar cidadãos, profissionais e lideranças para a sociedade”, projetando formar “profissionais e pesquisadores, capazes de atender às necessidades e aos anseios da sociedade, de forma geral, e aos da comunidade onde ela está inserida” (UEM, 2009, p. 1).

(docentes, discentes e técnicos) que, ao permearem e circularem em espaços de intercessão com atores do campo científico global, interculturalmente, estabelecem comunicações nas zonas de contato internacional/nacional/regional/local, na própria região e fora dela, compartilhando o que sabem e percebendo o que pode ser apre(e)ndido.

Por conseguinte, por intermédio da mobilidade acadêmica, da circulação de ideias e da comunicação intercultural, ou seja, na interseção dos campos científicos local, regional, nacional e internacional, com sensibilidade, reciprocidade e respeito mútuo, os atores acadêmicos tem o potencial de atravessar, franquear e ultrapassar (física e simbolicamente) a fronteira do conhecimento do campo científico em que atuam, contribuindo assim para que a universidade, em variadas escalas (do local ao global), cumpra sua missão constitucional (ensino, pesquisa e extensão) e, ainda, seu papel de “carro-chefe”, uma autêntica liderança acadêmica, para o desenvolvimento regional sustentável.

Neste sentido, a criação do Campus do Vale do Ivaí, tendo por polo o Município de Ivaiporã (PR), tópico que será tratado adiante, é decorrência da história de atuação da UEM, desde sua fundação em 1970, em favor do bem público e do bem comum, uma IEES que aceitou o desafio de ser um “carro-chefe” em favor do desenvolvimento da região Noroeste do Paraná⁶.

Vale lembrar que a UEM nasceu, geograficamente localizando-a, às margens e na transversalidade da Avenida Colombo (Maringá) para cumprir a missão de pesquisa, ensino e extensão, com vistas ao desenvolvimento regional⁷. Aliás, houve um forte debate sobre a interiorização da educação superior no Paraná no fim dos anos 1960, culminando com a criação, em 1970, não só da UEM, mas de três universidades públicas estaduais (Universidade Estadual de Maringá – UEM, Universidade Estadual de Londrina – UEL e Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG).

Mais recentemente, na primeira década deste século, o debate foi retomado em relação à interiorização e à expansão da oferta de educação superior pública e gratuita no Brasil. A UEM participou ativamente da ampliação de vagas, criação de novos cursos e interiorização da

⁶ Para ilustrar, Sperandio e Azevedo (2008, p. 2), em Editorial do Jornal da UEM, afirmaram que, por intermédio da UEM, “todas as conquistas no campo da ciência, da pesquisa, do ensino, da cultura e da extensão são compartilhadas em sua região de abrangência”.

⁷ A Avenida Colombo é o nome do logradouro que corta de Leste a Oeste a cidade de Maringá, mas que também está uma das extremidades do chamado “eixo monumental” Norte-Sul do desenho urbano originalmente idealizado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP (antiga *Paraná Plantations*).

educação superior. Ocorreram também discussões sobre a proposta de fusão entre a UEM e a Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (FAFIPA)⁸. Em relação, à criação do Campus do Vale do Ivaí (CRV), a jornalista Luzia Grandini Cabreira, em 2008, registrou o posicionamento do vice-reitor da UEM (gestão 2006-2010):

‘havendo o respaldo da comunidade e das forças políticas regionais, bem como do próprio Estado do Paraná, pois a UEM é uma universidade pública financiada com recursos do tesouro de nosso Estado, é possível expandir nossa atuação. A respeitabilidade conquistada pela UEM em nível local, regional, nacional e internacional exige que sejamos muito responsáveis. Sabemos que a comunidade de abrangência de Ivaiporã e de Paranaíba tem anseios no que se refere à oferta de educação superior pública pela UEM. De acordo com nossa história de respeito e atenção à região, tenho certeza de que nossos conselhos superiores e a administração central darão o melhor tratamento a essas demandas’. (Azevedo apud Cabreira, 2008, p. 2).

Este parecer era corroborado pelo reitor na mesma gestão (2006-2010), conforme reportou, em 2010, o serviço de comunicação da SETI, “quando assumimos a UEM em 2006, a vontade de ter esse campus ficou explicitada por todas as partes envolvidas no projeto proposto” (Sperandio apud SETI-Paraná, 06 maio 2010)⁹. Esta vontade da comunidade regional era condizente com o momento político de estímulo à expansão da oferta de educação superior no Brasil, especialmente, em áreas desassistidas pelo público deste nível de ensino. Assim, a criação dos cursos de Serviço Social, História e Educação Física no novo *Campus* do Vale do Ivaí fez parte do genuíno processo de interiorização da educação superior e, por coincidência, torna-se um marco simbólico dos 40 anos da Universidade Estadual de Maringá (1970-2010)¹⁰

⁸ Este movimento de fusão, como hipotética digressão, foi refreado pela proposição, depois efetivação da criação e credenciamento da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), tendo Paranaíba, no campus da Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranaíba (FAFIPA), como seu Campus sede (DISPUTA POR SEDE DA UNESPAR, 05 jun 2013).

⁹ Nesta mesma notícia, afirmou Azevedo: “A UEM é uma instituição que aceita desafios. Em todos os municípios onde nos instalamos, assumimos compromissos e não voltamos atrás. A mensagem da criação desse campus é muito positiva e nos encoraja a seguir com o nosso trabalho” (SETI-Paraná, 06 maio 2010).

¹⁰ O Campus do Vale do Ivaí foi criado pelo Decreto n. 7106, de 14 de maio de 2010, assinado por Orlando Pessuti, Governador do Estado do Paraná, e por Nildo José Lübke (Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI). Para financiar sua implantação, foi submetido à SETI o projeto n. 026/2010-CPC-ASP-UEM, no mesmo mês de maio de 2010, com um custo total de R\$43.535.961,79. O projeto foi elaborado pela equipe composta por Mário Luiz Neves de Azevedo (coordenador Geral em nome da Reitoria), Walter Lúcio Praxedes (DCS), Lupércio Antonio Pereira (DHI), Luiz Silva Santos (DEF), Sandra Marisa Pelloso (CCS), Lúcio Tadeu Mota (CCH) e Maria Ioshie Yamada (ASP-CPC). Em 23 de agosto de 2010, o jornal Gazeta do Povo, reportou reunião de representantes da Administração Central da UEM com autoridades do governo para a liberação de recursos para o campus do Vale do Ivaí: “o vice-reitor da UEM, Mário Azevedo, e o assessor especial para os campi regionais, Raimundo Pinheiro Neto, estiveram em Curitiba, onde solicitaram alguns pedidos para atender os cursos de Educação Física, História e Serviço Social. Segundo Azevedo, foram feitas solicitações tanto no aspecto de contratação de pessoal como no repasse de recursos

– fechando o ciclo de crescimento horizontal da UEM na região do Vale do Ivaí¹¹. Seja dito, como registro do cumprimento da missão de compromisso público da UEM e de seu papel como “carro-chefe acadêmico” para o desenvolvimento regional, que, somente em 2010, a UEM criou dez novos cursos superiores, sendo as três graduações referidas anteriormente no Vale do Ivaí, três no Campus Regional de Umuarama (Engenharia de Alimentos, Engenharia Civil e Engenharia Ambiental), um no Campus Regional de Goioerê (Física) e três no campus de Maringá (Comunicação em Mídias, Tecnologia em Biotecnologia e Bioquímica)¹².

Exemplos concretos como esses caracterizam o papel de “carro-chefe” de uma universidade pública para desenvolvimento regional e demonstram na prática seu compromisso com o bem comum. Isto é, no ano de celebração de sua fundação, a UEM alargou efetivamente sua área de atuação, com maior oferta de educação superior pública e com a inauguração de um novo *campus*, alcançando a comunidade regional do Vale do Ivaí. Estas ações comunitárias e regionais, expressando uma liderança em ações públicas, respondem positivamente aos contribuintes paranaenses, legítimos mantenedores do sistema público estadual de educação, com o maior oferecimento deste bem público essencial, que é a educação superior, para o avanço do desenvolvimento regional sustentável, da promoção da justiça social, do fomento do bem comum e da consolidação do respeito mútuo e da solidariedade. Em poucas palavras, o CRV simboliza concretamente a interiorização e a expansão da educação superior pública, gratuita, pertinente e de qualidade, de forma que a UEM, cumprindo institucionalmente sua

financeiros. ‘Queremos garantir a liberação de recursos e profissionais para o orçamento do ano que vem, de maneira que o campus tenha uma tranquilidade para montar sua vida institucional e acadêmica’, explicou ao JM (AYRES, 23 ago 2010).

¹¹ A UEM, pós-2010, inaugurou uma nova etapa de verticalização acadêmica. Foram criados no campus de Umuarama (CAU), em 2013, o Programa de Pós-graduação em Ciências Agrárias (PAG); em 2015, o Programa de Pós-graduação em Produção Sustentável e Saúde Animal (PPS); em, 2016, o Pós-graduação em Sustentabilidade (PSU), em parceria com o IFPR. Estas ações evidenciam que, para além do campus-sede (Maringá), a UEM estimulou, conforme previsto no Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG (2010-2020) da CAPES, a interiorização de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* e de laboratórios de pesquisa nos demais campi, ampliando sua capacidade de produzir conhecimento, ciência e inovação e, desta maneira, sua liderança científica, mais qualificadamente, para o desenvolvimento regional sustentável.

¹² De acordo com a Base de Dados 2010, no ano de “2007, ampliando a oferta de cursos na modalidade EaD, a UEM ingressou no sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Ministério da Educação como projeto ‘piloto’ resultante de um convênio entre o MEC e o Banco do Brasil, foi ofertada uma turma no curso de Administração. Em 2008 foram aprovados e iniciados dois novos cursos de licenciatura em Convênio com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), sendo Física e Pedagogia. Também em 2008, a UEM conseguiu ver aprovados os projetos dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, História e Letras Português/Inglês, para oferta em 2009. Já em 2009 foram aprovados o Curso de graduação em Administração Pública, no âmbito do Programa Nacional de Formação de Administradores Públicos” (UEM-ASP, 2010, p. 23).

missão, pode ser classificada, conforme Douglass (2016), como um “carro-chefe acadêmico” ou *flagship university* para o desenvolvimento regional sustentável¹³.

O CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ: uma ideia que vem se realizando

A criação do Campus Regional do Vale do Ivaí (CRV), como já se pode notar, não surgiu por “geração espontânea” ou obra do acaso. Para além das demandas dos atores sociais regionais, nucleados na cidade de Ivaiporã, a administração central da UEM, ouvindo seus Conselhos Superiores (CEP, CAD e COU), consultando os departamentos acadêmicos e dialogando com as autoridades do governo do Estado do Paraná, compreendeu que a oferta pública de cursos de graduação em Ivaiporã contribuiria em vários aspectos para o desenvolvimento regional sustentável e para constância do cumprimento da tripla missão constitucional de uma universidade pública. Desta forma, ao criar o Campus do Vale do Ivaí, a UEM ampliou sua atuação regional, com a mesma qualidade, em atividades de Ensino, Pesquisa e extensão, procurando empoderar os atores sociais locais/regionais e promover o bem comum, como um “carro-chefe acadêmico” [*flagship university*] para o desenvolvimento regional sustentável (Douglass, 2016).

A criação do Campus do Vale do Ivaí, ressaltando, significou a conclusão para a UEM, em 2010, de seu ciclo de expansão de vagas públicas no interior do Estado do Paraná, repercutindo o clima político de democratização do acesso à educação superior pública, conforme estava previsto no Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010 e, subsequentemente, no Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). O fechamento deste ciclo demonstrou também a demarcação simbólica da abrangência política e cultural da UEM, aproximando a região Noroeste à região central do Estado do Paraná, banhada pelo rio Ivaí. Por

13 A expansão de vagas públicas de Educação Superior pela UEM contribui para o cumprimento da Meta 12 do PNE (2014-2024), que é a de “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público” (BRASIL, 2014). De acordo com o Censo da Educação 2018, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a taxa líquida de cobertura da Educação Superior no Brasil, para a população de 18 a 24 anos, é de 21,7%. Em número absolutos, havia, no Brasil, em 2018, 8.450.755 alunos matriculados, sendo 6.394.244 em cursos presenciais e 2.056.511 estudantes em ensino a distância. Vale destacar que as matrículas em IES públicas, tendo por referência o mesmo ano, eram de 2.077.481 (24,6% do total). Já as IES privadas recebiam 6.373.274 estudantes (75,4%).

consequência, em cumprimento a sua tríplice missão, ao oferecer bens públicos, a UEM poderia contribuir efetivamente para mitigar a situação de carência percebida no estudo *Os Vários Paranás* do IPARDES (2005) e para promover o desenvolvimento regional sustentável. Com este sentido, o Secretário da SETI, Nildo José Lübke, que havia sido o chefe de gabinete do vice-governador Orlando Pessuti, afirmou que “a região de Ivaiporã é uma região com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi uma das últimas a ser povoada e que não recebeu muitos instrumentos do Estado ao longo da história. Hoje, Ivaiporã precisa desse apoio do Estado [por intermédio da UEM]” (SETI-Paraná, 06 maio 2010).

A UEM, ela própria uma universidade que é fruto da interiorização da Educação Superior, ao criar o Campus do Vale do Ivaí, foi movida pelo esforço público do Estado do Paraná, inserindo-se no processo nacional de interiorização e expansão da educação superior pública. Isto sem depender de políticas e programas do MEC, tal como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, que tinha, entre suas metas, a expansão e a interiorização da educação superior (MEC, 2007)¹⁴.

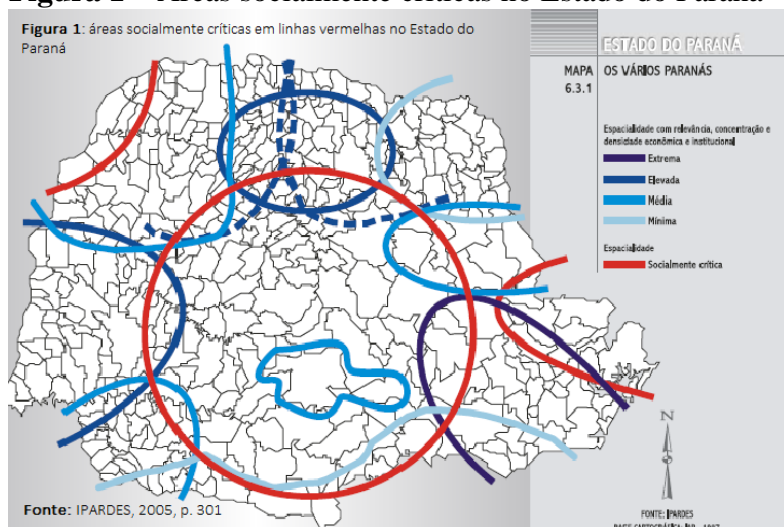
Cumprir observar que, de acordo com o estudo *Os Vários Paranás* do IPARDES de 2005, a área de abrangência regional da UEM no Paraná, tendo por referências os *campi* reconhecidos da UEM, faz intersecção com dois espaços delineados como “socialmente críticas” no Estado. Sendo que um desses espaços socialmente vulneráveis está localizado no extremo noroeste do Paraná e o outro está situado no Centro do Paraná. Este espaço hachurado sobrepõe indicações de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com as cores da presença regional da UEM, inclusive no Campus do Vale do Ivaí, demonstrando a necessidade de um “carro-chefe acadêmico” (*flagship university*) para responder à coordenação de políticas sociais de justiça social e de desenvolvimento regional¹⁵. Para ilustrar, o município de Ivaiporã, que recebeu a estrutura física do campus da UEM, segundo dados do IBGE, tinha em 2020 uma população estimada de 31.935 pessoas [em 2020], salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,1 salários mínimos [em 2018], população ocupada de 23,1 % [em 2018], PIB per

14 Na realidade, “o PDE compreende mais de 40 programas” (MEC, 2007, p. 15), como lembra o Ministério da Educação (MEC) em opúsculo apresentado pelo Presidente Lula da Silva que, por sua vez, enaltecendo a condução do MEC, afirma que “os mais diferentes setores sociais, dos trabalhadores aos empresários, dos professores aos alunos, das escolas privadas às escolas públicas, em todas as regiões, têm reconhecido a consistência das políticas públicas voltadas para a educação: PROUNI, Universidade Aberta, FUNDEB, Piso Salarial Nacional do Magistério, IDEB, REUNI, IFET, entre outras iniciativas” (apud MEC, 2007, p. 3).

15 A terceira região socialmente crítica localiza-se no Vale do Ribeira (ver Figura 1).

capita de R\$23.082,45 [em 2017] e esgotamento sanitário adequado para 21,7 % das residências [em 2010] (IBGE, 16 set 2020).

Figura 1 – Áreas socialmente críticas no Estado do Paraná



A **figura 1**, a respeito das zonas socialmente críticas no Paraná, demonstra que a interiorização da educação superior, a exemplo da criação do Campus do Vale do Ivaí, que está no círculo central que delimita uma região “socialmente crítica”, deve ser considerada como uma justa política de ampliação da atuação das IES públicas no Estado do Paraná. Isto porque, respondendo as suas três missões constitucionais (Ensino, Pesquisa e Extensão), para além da formação de pessoal e da produção do conhecimento, a universidade é ator social fundamental para o desenvolvimento regional sustentável (inclusive o desenvolvimento humano) e comporta potencial massa crítica para contribuir para a mitigação e mesmo a resolução de variadas questões críticas, especialmente as sociais¹⁶.

Historicamente, em termos culturais, políticos, econômicos e sociais, são frágeis a integração e a coesão do Estado do Paraná. Para ilustrar, no que se refere à infraestrutura e à logística de transporte, a ligação rodoviária entre a capital e o Norte Pioneiro só veio a ocorrer

16 A OCDE nota que, “Em 2007, o Estado do Paraná lançou a ‘Universidade sem Fronteiras’ (USF) para incrementar o engajamento regional das universidades e a inclusão social de grupos populacionais vulneráveis. Hoje, a USF está presente em 120 municípios, o que representa cerca de 30% dos municípios paranaenses. A iniciativa, a partir da colaboração entre universidades públicas paranaenses, visa aumentar a participação da educação superior nas regiões mais carentes do Paraná” (OCDE, 2011, p. 19). ORIGINAL: “In 2007, the State of Paraná launched the ‘University without Borders’ (Universidade sem Fronteiras, USF) to enhance regional engagement of universities and social inclusion of vulnerable population groups. Today, USF is present in 120 municipalities, which represents about 30% of the towns in Paraná. This initiative, based on collaboration between the public universities in Paraná, aims to increase higher education participation in the most lagging areas of Paraná” (OCDE, 2011, p. 19).

em 1940 com a inauguração da Rodovia do Cerne, a PR-090¹⁷, ligando Curitiba a Jataizinho (a antiga freguesia de Jataí, que foi sede de uma colônia militar, criada ainda no Império, em 1872)¹⁸.

O antropólogo Lévi-Strauss recorda, em seus *Tristes Trópicos* (obra baseada em suas anotações no diário de viagem pelo interior do País), que na época de sua chegada ao Brasil, a região Norte do Paraná estava sendo aberta por influência principal da empresa britânica *Parana Plantations*, em negociação com terras do governo do Estado do Paraná com o compromisso de construir vias ferroviárias e rodoviárias. De acordo com Lévi-Strauss, testemunha da expansão da frente pioneira (e, conseqüente, sofrimento e sacrificado destino dos povos originários),

os ingleses se propunham a revender o território em lotes a imigrantes provenientes sobretudo da Europa central e oriental, e a conservar a propriedade da estrada de ferro cujo tráfego seria garantido pela produção agrícola. Em 1935, fazia-se a experiência: através da floresta, a via progredia regularmente: 50 quilômetros no início do ano de 1930, 125 no fim, 200 em 1932, 250 em 1936. A cada 15 quilômetros, mais ou menos, instalava-se uma estação a margem de uma derrubada de um quilômetro quadrado, que se tornaria uma cidade (1957, p. 121-122).

A zona pioneira, de acordo com Monbeig, “é uma colonização ‘planificada’ (...) do tipo de economia capitalista moderna” (1945, p. 17), porém, acerca da educação, diga-se de passagem, sem uma política consolidada de necessária democratização do acesso ao ensino institucionalizado (mesmo em relação ao que se chama atualmente de educação básica¹⁹) ou de criação de IES na zona pioneira. Situação adversa em relação à frente pioneira nos EUA, conforme reportou Douglass (2016) sobre o processo de expansão para o Oeste, que foi

17 Somente em 1960 veio a aparecer efetivamente a BR-376 – Rodovia do Café – como alternativa de ligação do Norte/Noroeste do Paraná com a Capital e o Porto de Paranaguá.

18 Londrina, a cidade projetada pelo consórcio colonizador britânico Parana Plantations, empresa de colonização que veio a ser nacionalizada em 1943 (em plena II Guerra Mundial) e renomeada como Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP, foi fundada em 1934 (por desmembramento do Município de Jataizinho)

19 Com base em dados analisados por Braga e Mazzeu (2017), a taxa de analfabetismo no Brasil em 1940 era de 56,1% na faixa etária de 15 anos ou mais. De uma população nesta coorte de 23 milhões e 648 mil habitantes, havia 13 milhões e 269 mil pessoas analfabetas. Em 1950, de 30 milhões e 188 mil indivíduos neste mesmo grupo de idade, próximo da metade (15 milhões e 272 mil), ou seja 50,6%, eram considerados analfabetos (Braga e Mazzeu, 2017, p. 26).

acompanhada por uma política de interiorização da educação superior, chamada de *Land Grand Act*, de 1862²⁰.

Neste sentido, o processo de ocupação do Norte/Noroeste do Paraná foi, objetivamente, guiado pelos trilhos deitados pela Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, ligando a princípio São Paulo a Cambará (PR). Esta Companhia foi adquirida pela *Parana Plantations*, em 1928, tendo seu caminho de ferro original, sob o comando dos novos proprietários, sido estendido até Cianorte. Cronologicamente, após haver chegado a Cambará, em 1924, a ferrovia estendeu-se, primeiro, a Cornélio Procopio, sendo inaugurada em 1930. Para, em seguida, chegar a Jataizinho em 1932, Londrina em 1935, Apucarana em 1942, Maringá em 1954 e Cianorte em 1972 (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS, 15 set 2020). Isto posto, pode-se recorrer a Monbeig (1945) que observa que

a faixa ‘pioneira’ não pôde estabelecer-se senão com a penetração da linha férrea; pois raros foram os colonos corajosos que se abalçaram a fazer derrubadas e queimadas na mata virgem, quando a ligação com o mundo exterior não era possível senão por meio de raras picadas (1945, p. 15-16).

A frente pioneira, vinda do Estado de São Paulo, necessariamente abriu caminhos de comunicação (política, cultural, social e econômica) com suas origens, isto é, entre o Norte e Noroeste do Paraná, a capital do Estado de São Paulo e o Porto de Santos (infraestrutura necessária para o escoamento da produção agrícola e a chegada de insumos), por via férrea e estradas rodoviárias, antes do que uma efetiva e eficaz comunicação entre esta área de ocupação do Paraná com a capital do Estado (Curitiba) e o Porto de Paranaguá.

O VALE DO IVAÍ COMO VIA DE PASSAGEM TRANSCONTINENTAL (LESTE-OESTE): uma ideia que não se realizou

Anteriormente à frente pioneira paulista, a história registra que, em 1871, o Império do Brasil havia concedido, por força do Decreto nº 4.851, de 22 de dezembro de 1871, “autorização para estudos de uma linha férrea de Curityba a Miranda e de linhas de navegação nos rios Ivahy,

20 Sobre *Land Grand Act*, nos EUA, ver nota de rodapé nº. 3 (citação de Douglas, 2016). No Brasil, a educação superior, organizado em universidades, é inaugurada no século XX. A Universidade de São Paulo (USP), para ilustrar, foi criada em 1934.

Ivinheima, Brilhante e Mondego” (BRASIL, 1871)²¹. A ideia original era a de estabelecer a ligação transcontinental (Leste-Oeste) nas proximidades da latitude do Trópico de Capricórnio (transoceânica: Atlântico-Pacífico) a partir de Paranaguá²², passando pelo Norte do Paraná (às margens do Rio Ivaí) e cruzando a Província de Mato Grosso, para chegar nas fronteiras da América hispanófono (até seria “transbrasileira”). A partir dos limites do País, haveria a conexão com as vias férreas estrangeiras, de maneira a permitir o término do eixo ferroviário no Oceano Pacífico (Peru ou Chile).

Para iniciar este projeto de integração logística transcontinental (Leste-Oeste), atendendo ao requerimento do grupo formado por Barão de Mauá (1813-1889), William Lloyd

21 O Decreto nº 5.018, de 17 de julho de 1872, alterou algumas das cláusulas do Decreto nº 4851 de 22 de Dezembro de 1871. O ponto final da expedição seria a cidade de Miranda (MS – depois da divisão do Estado, está localizada no Mato Grosso do Sul).

22 Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, depois Visconde de Mauá, pioneiro em variados empreendimentos no Brasil (estaleiro, fundição de ferro e ferrovias), em sua **Exposição aos Credores e ao Público**, ao comentar sobre o projeto da Estrada de Ferro Antonina-Curitiba, registra sobre as contendas bairristas e sobre seu seminal projeto de interiorização: “Nessa ocasião surgirão as antigas rivalidades entre os habitantes de Antonina e os de Paranaguá a criar dificuldades, querendo os últimos que a estrada partisse do seu porto, e aproveitando-se da influencia do governo, de elemento pessoas, obtiverão concessões no sentido de suas idéas; assim outra empreza em condições de exito se apresentava no caso de levar ávante a estrada por outra direção que não aquella que fôra com sacrificio meu estudada. Alheio a essas intrigas locais (...), não hesitei em declarar ao outro empregario que de bom grado lhe cederia o direito que ainda me restassem (...), pois ao GRANDE pensamento que me arrastava com entusiasmo [era] a estrada de ferro do Paraná ao Mato-Grosso, com seu complemento ulterior em direção ao centro da Bolívia” (1878, 71).

(1822-1905)²³, Antonio Pereira Rebouças Filho (1839-1874)²⁴, Capitão Christian Palm (1834-1873) e Thomaz Cockrane (1805-1873)²⁵, as autoridades nacionais expediram permissão para

²³ Também com experiências em obras em países banhados pelo Oceano Pacífico, de acordo com o obituário, publicado em 1906 pela *Institution of Civil Engineers* (ICE), com sede no Reino Unido, William Lloyd trabalhou inicialmente sob o comando de George Robert Stephenson (filho único de George Stephenson, pioneiro na construção das primeiras ferrovias), sendo indicado por este para trabalhos de engenharia de ferrovias no Chile e no Peru. Vale a leitura, mesmo que extensa, de excerto do Obituário de William Lloyd: “Em 1853 participou nas pesquisas para as Ferrovias do Governo Sueco e, no ano seguinte, por recomendação do Sr. Robert Stephenson, foi nomeado Engenheiro do Governo do Chile, para a execução de ferrovias naquele país. Durante os próximos 10 anos, ele trabalhou em topografia e construção de ferrovias e outras obras públicas para o Chile e o Peru (...). Após a conclusão das Ferrovias Chilenas em 1864, foi nomeado Diretor de Execução da Ferrovia Mexicana, de 300 milhas de extensão, entre Vera Cruz e o México (...). Depois de se interessar por projetos de construção de ferrovias na Argentina e na Guatemala, a seguir empreendeu, como um dos concessionários, um extenso levantamento exploratório e ferroviário para o Governo Brasileiro, estendendo-se de Curitiba a Mato Grosso, numa distância de 1.000 milhas, percorrendo, em sua maior parte, floresta primitiva, densa e quase desconhecida” (ICE, 1906, p. 409-410). ORIGINAL: “In 1853 he took part in the surveys for the Swedish Government Railways, and in the following year, on the recommendation of Mr. Robert Stephenson, he was appointed Engineer to the Chilian Government, to carry out railways in that country. During the next 10 years he was engaged on the location and construction of railways and other public works for Chili and Peru (...). Upon the completion of the Chilian Railways in 1864, he was appointed Director for the execution of the Mexican Railway, 300 miles in length, between Vera Cruz and Mexico (...). After interesting himself in projects for the construction of railways in Argentina and Guatemala, he next undertook, as one of the concessionaires, an extensive exploration and railway survey for the Brazilian Government, extending from Curitiba to Matto Grosso, a distance of 1,000 miles, traversing for the most part almost unknown and dense primeval forest”.

²⁴ Merece nota especial a participação de Antonio Pereira Rebouças Filho neste empreendimento. Antonio Rebouças e seu irmão André Rebouças (1838-1898), que veio a ser um ativo membro do movimento abolicionista na época imperial no Brasil, eram engenheiros. Foram homenageados, por exemplo, nomeando o Túnel Rebouças (Rio de Janeiro), a rua Engenheiro Antônio Rebouças (Porto Alegre), o bairro Rebouças (Curitiba), Rua Engenheiros Rebouças (Curitiba), o município de Rebouças (Paraná) e a avenida Rebouças (São Paulo). Em “Apontamentos para a Biographia do Engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho”, após sua precoce morte, antes de completar 35 anos de idade, André Rebouças anota na **Revista do Instituto Polythecnico Brasileiro**, publicada em 1875, a sagaz percepção sobre a estratégica e promissora rota do Vale do Ivaí para a ligação entre os Oceanos Atlântico e o Pacífico (notar que Antonio Rebouças e William Lloyd tiveram vivências e experiências concretas com países do banhados pelo Oceano Pacífico): “Nomeado em Julho de 1864 engenheiro em chefe da estrada da Graciosa, de Antonina [Porto na orla Atlântica] a Curitiba na província do Paraná. Residiu em 1865 e 1866 na provincia do Paraná, onde construiu a subida da Serra do Mar, nessa estrada, um dos trabalhos mais notáveis desta espécie no Brazil (...). Foi nomeado, a 22 de Abril de 1867, secretario da missão especial brasileira nos Estados-Unidos da Columbia para estudar as republicas do Pacifico (...). Demorou-se no Pacifico até Abril de 1868, em que voltou ao Brazil, atravessando os Andes pela estrada de Valparaiso a Mendosa, a Cordova e ao Rosário. Em 14 de Junho de 1868, [Antonio Rebouças] voltou ao Paraná, como engenheiro em chefe da comissão de exploração da estrada de Curitiba a Guarapuava e ao Baixo Ivaí, trabalho que terminou com a maior felicidade em fins de 1869. Enquanto preparava a expedição para o Baixo-Ivaí, escreveu, em Julho de 1868, a memória “Estudo Comparativo das vias de communicacao para Mato Grosso”(…). Por decreto n. 4674 de 10 de Janeiro de 1871, foi-lhe concedido o caminho de ferro de Anlonina a Curitiba (...). Em Julho de 1871 escreveu a memória, anexa á petição para a construcção de caminhos de ferro economicos de bitola estreita para Mato Grosso. A concessão para os estudos da linha de Curitiba a Miranda lhe foi feita, e aos seus sócios o barão de Mauá, os engenheiros Christian Paira e William Liold e o Dr. Thomas Cochrane por decreto n. 4851 de 22 de Dezembro de 1871” [sem grifos no original] (Rebouças, 1875, p. 49-54)

²⁵ Thomas Cochrane, segundo Aroldo de Azevedo, foi “pioneiro da ideia da introdução das vias férreas no Brasil, o criador da primeira linha de bondes na cidade do Rio de Janeiro e renomado médico homeopata” (1965, p. xi)

explorações e estudos preliminares de uma linha férrea e hidrovias, que foi preliminarmente chamada de “transbrasileira”, tendo por referência, no interior da Província do Paraná, o vale descrito pelo Rio Ivaí. Assim, de acordo com o Decreto nº 4.851/1871, em sua cláusula primeira,

os emprezarios obrigam-se a fazer por sua conta as explorações e estudos preliminares: de uma estrada de ferro entre a cidade de Curityba na Provincia do Paraná e a de Miranda na de Mato Grosso, a qual demandará a valle do Ivahy, na foz deste cortará o rio Paraná, proseguirá pelas margens do Ivinheima e Brilhante, e passará por Nioac (BRASIL, 1871).

O capitão Christian Palm, engenheiro sueco, organizou uma equipe com dezesseis engenheiros britânicos e suecos, divididos em quatro grupos, para a realização dos levantamentos contratados. No decurso dos trabalhos, acontece a morte do capitão Palm, acometido por febre amarela. Esta fatalidade obrigou William Lloyd, um dos associados na concessão pública, a coordenar e finalizar os estudos. Com todo o respeito, registrou postumamente Mauá:

Encontrei nelle uma alta intelligencia, honradez a toda a prova, aptidão inexcedivel e uma dessa vontades que se conhecem difficuldades para as vencer, sendo que por ta fôrma me impressionarão os dotes do capitão Palm, que, quando a morte tão intempestivamente lhe cortou o fio da existencia, assaltou-me o receio de que a ardua tarefa a seu cargo havia sofrido um revez que podia trazer comsigo a desorganização de todo o serviço em andamento; felizmente, porém, o estado maior por elle escolhido era tão completo que o mecanismo continuou a funcionar, até que o distinto engenheiro o Sr. Lloyd, um do concessionários, veio da Inglaterra substituir o finado, e correspondeu dignamente á sua reputação scientifica (1878, p. 76-77).

Thomas Plantagenet Bigg-Wither, que foi o engenheiro-chefe de um dos grupos de estudos sobre a referida ferrovia, publicou, em 1877, no Reino Unido, o livro *Pioneering in south Brazil. Three years of forest and prairie life in the province of Paraná*²⁶. Esta obra em dois volumes foi dedicada ao Visconde de Mauá, a quem o autor agradece a oportunidade da viagem a esta parte do Brasil tão pouco conhecida. Bigg-Wither, com autoridade, observa que, “até o momento, nada menos que cinco esquemas estão sendo submetidos ao governo brasileiro para uma ferrovia transbrasileira (...). Independentemente das questões de custos ou de ganhos

26 No Brasil, esta obra foi publicada pela José Olympio Editora, em 1974, com o título *Novo Caminho no Brasil Meridional: A Província do Paraná*.

comerciais, esta [pelo Vale do Ivaí], sem dúvida, seria a melhor linha transbrasileira que poderia ser construída” (1877, p. 326)²⁷.

Este plano de construção de uma ferrovia acompanharia o sentido da jusante do Rio Ivaí até um ponto das cercanias do encontro das águas com o Rio Paraná. A partir dali, o caminho de ferro chegaria a Miranda (MS). O projeto foi aprovado no tempo do Brasil Imperial e transpassou todo período da República Velha sem execução, fazendo lembrar o título do livro de Schelbauer (1997) – *Ideias que não se realizam*, que trata a respeito de projetos educacionais no Brasil de 1870 a 1914. A propósito, o Visconde de Mauá argumentou, em obra publicada em 1878, a título de exposição aos credores e ao público, que, para além da estratégia de preservação do território nacional, razões de desenvolvimento nacional devem ser consideradas para a realização da ligação Paranaguá a Miranda:

A estrada de ferro que, partindo do ponto mais conveniente do littoral, siga em direcção a Mato-Grosso, não é simplesmente um caminho estrategico como alguns têm dito (...). Será pouca cousa fazer penetrar um caminho e ferro nos mais afastados confins do nosso territorio, conquistar ao deserto dezenas de milhares de leguas quadradas, levar-lhes a população, os meios de trabalhar, habilitar enfim os habitantes de tão remotas paragens a produzir e a consumir, concorrendo dessa fôrma com o seu contingente para a prosperidade e grandeza da patria? Será pouca cousa arrancar, por assim dizer, as ricas producções que encerrão as entranhas dessa região afastada e conduzi-las por um rapido trajecto de 50 horas a um porto de mar, convertendo em riqueza o que não tem hoje valor algum apreciável? Será pouca cousa converter a vasta bahia de Paranaguá em novo emporio de commercio, de industria e de atividade nacional, que rivalize com a capital do Imperio? (Mauá, 1878, p. 78-79).

Mauá ressaltou também ser partidário da paz e que estava ao lado dos que são favoráveis às relações de amizade com os povos vizinhos, porém questionando: “quem póde assegurar que a fatal necessidade [da ferrovia] não aparecerá no momento menos esperado?” (1878, p. 79). Para então asseverar, “com a sexta parte do que se consumio improductivamente com a ultima guerra do Paraguay se teria construido a estrada de ferro de que se trata e se terião poupado sommas enormes e milhares de vidas preciosas nessa guerra a que o paiz foi arrastado” (1878, p. 79). Mauá, um prototípico desenvolvimentista e genuíno capitalista, apreciava a paz, principalmente, para evitar tribulações a seus negócios; pois, a ausência de violência (*absentia belli*) é mais importante para a totalidade de seus empreendimentos do que a exploração de um

27 ORIGINAL: “At the present time, while no less than five schemes are before the Brazilian government for a trans-Brazilian railway (...). Apart from questions of expense or of commercial gain, this undoubtedly would be the best trans-Brazilian line that could be built”

nicho de mercado estimulado por embates entre países, a exemplo da produção de navios e artefatos para a Guerra da Tríplice Aliança – Guerra do Paraguai (1864-1870). Portanto, interessava a Mauá um pacífico ambiente entre as nações vizinhas, de maneira a garantir a segurança e a liberdade para a extração de matérias-primas, a produção de bens, a distribuição de mercadorias e a comunicação na América do Sul.

Ademais, vale ressaltar, a idealização da ferrovia Paraná-Mato Grosso, que cruzava o estratégico Vale do Ivaí, considerava a questão da preservação do Território Nacional. Ao mesmo tempo, a ligação ferroviária entre o Centro-Oeste do Brasil e o Porto de Paranaguá seria um caminho alternativo, seguro, mais rápido e menos dispendioso do que a via fluvial no Rio Paraná (Prata) que desemboca na fronteira entre a Argentina e o Uruguai. Sobre a relação custo-benefício, em defesa das ferrovias, Mauá observa que os

caminhos de ferro construídos com a máxima economia, como se tem feito nos Estados- Unidos, que aconselho para a via ferrea que faz objecto destas apreciações, são preferíveis a todo os respeito às estradas de rodagem comuns, que embora custem alguma coisa menos, demandão conservação mais dispendiosa e por forma alguma se prestão a satisfazer as necessidades a que atende uma via ferrea econômica” (1878, p. 82).

Por fim, não é ocioso frisar que a comunicação por ferrovias, para além da aceleração do desenvolvimento regional, em razão de mais abundante e diversificada oferta de produtos, insumos e serviços e do melhor escoamento da produção local e regional, a proposta comportava forte potencial civilizador (Elias, 1996), a exemplo do que regularmente ocorria no processo de avanço da fronteira pioneira na costa oeste dos Estados Unidos da América (Douglas, 2016), ao permitir, com as construções das linhas e estações de trem, a dinamização da oferta de bens públicos, como a distribuição de justiça pública (potencialmente, igualando o direito cidadãos e inibindo conflitos, “grilagens”, justicamentos e vinganças) e a institucionalidade educacional e sanitária.

Em suma, este resgate histórico tem o sentido de destacar a importância estratégica do Vale do Ivaí e, também, de sublinhar que, até a atualidade, grande parte do comércio, especialmente da exportação de grãos, nomeadamente dos atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, serve-se de rodovias, hidrovias e ferrovias que cruzam os Estados de São Paulo e do Paraná, como logística fundamental de acesso aos Portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR).

Cabe destacar que a ferrovia Leste-Oeste (Paraná-Mato Grosso do Sul) se viesse a ser realizada encontraria a ferrovia Norte-Sul em alguma longitude do Vale do Ivaí, constituindo, hipoteticamente, assim, um *hub* (entroncamento) ferroviário que envolveria municípios que hospedam *campi* da UEM. Esta região de abrangência da UEM (Cidade Gaúcha, Cianorte, Diamante do Norte, Goioerê, Ivaiporã, Maringá e Umuarama) é um físico e simbólico espaço em que se encontram o passado, o presente e o futuro (o projetado, o realizado e o que pode vir a ser).

Figura 2 – Malha Ferroviária do Estado do Paraná

Figura 2: Malha Ferroviária do Estado do Paraná



Deve-se também observar que Ivaiporã é sede de uma subestação de energia proveniente da Usina Hidroelétrica de Itaipu que, contribuindo para a integração e interligação do sistema elétrico brasileiro, segundo informa a empresa geradora, tem a função de otimizar a energia e redirecionar seu fluxo conforme a necessidade - ora para a Região Sul, ora para a Região Sudeste do Brasil. De acordo com o portal da Itaipu Binacional,

Em Ivaiporã há conexão com a região Sul do Brasil através de transformadores para 500 kV, o que permite a otimização da geração de energia no sistema em função da disponibilidade energética. Ora o fluxo de energia nesses transformadores vai em direção ao Sul ora em direção ao Sudeste. Iniciou sua operação em 1986 e, até hoje, é o sistema de transmissão de tensão mais elevada existente no Brasil (ITAIPU BINACIONAL, 15 mar 2010)²⁸.

28 Grande parte da produção de Itaipu vai para o São Paulo. Quanto de energia produzida na Itaipu é usada no Paraná? O que fica aqui além de lagos (lazer?) que inundaram terras férteis e desalojaram milhares de famílias? Se se tem uma certeza é que o projeto da Ferrovia de Mauá atingiria, como que uma lança, dois dos três territórios classificados pelo IPARDES como socialmente críticos (**Figura 1**). Possivelmente, com a integração destes territórios por ferrovia, hidrovia e rodovias, talvez estas fragilidades sociais nem viessem a ter ocorrido no Paraná.

Neste contexto, a UEM, ao realizar o *Campus Vale do Ivaí*, vem a promover o bem comum na forma de educação superior pública, que consiste, não somente na autonomia de qualificar e diplomar profissionais em nível superior, mas amplas missões que envolvem, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil e com a legislação infraconstitucional, ensino, extensão, pesquisa, inovação, ciência, produção do conhecimento, inclusão, justiça social, assistência comunitária e desenvolvimento regional sustentável.

Em uma complexa universidade pública, como é o caso da UEM, há hospital, laboratórios de análises clínicas, instituto de línguas, núcleo de psicologia, hemocentro, escritório de assistência judiciária, escola de música, teatro, coros, laboratórios de análise de solos, museus, bibliotecas, horto botânicos, jardins, hospital de animais, fazenda agropecuária modelo, indústria de medicamentos, assistência a deficientes etc. A finalidade de uma universidade pública, substantivamente, é o bem. Uma universidade pública, indistintamente (pode-se tomar como evidência qualquer uma das universidades públicas no Brasil), é sempre exemplo ilustrativo do que ensinou Aristóteles em *Ética a Nicômaco*, “o bem é aquilo a que todas as coisas tendem” (1991, p. 1). Os *campi* da UEM, notadamente o mais recente, o Campus do Vale do Ivaí, sintetiza a ideia de promoção da interiorização da educação superior pública e de integração do Estado do Paraná (e de sua vizinhança), como uma orgânica interseção de vales (com eixo no Rio Ivaí), representada, simbolicamente, na planejada (mas, não realizada) via férrea de integração Leste-Oeste, uma via transcontinental que seria, como projeto inicial, uma via de comunicação transbrasileira (Paranaguá a Miranda), conforme esquema apresentado, ainda no século XIX, ao governo nacional por Mauá e outros²⁹.

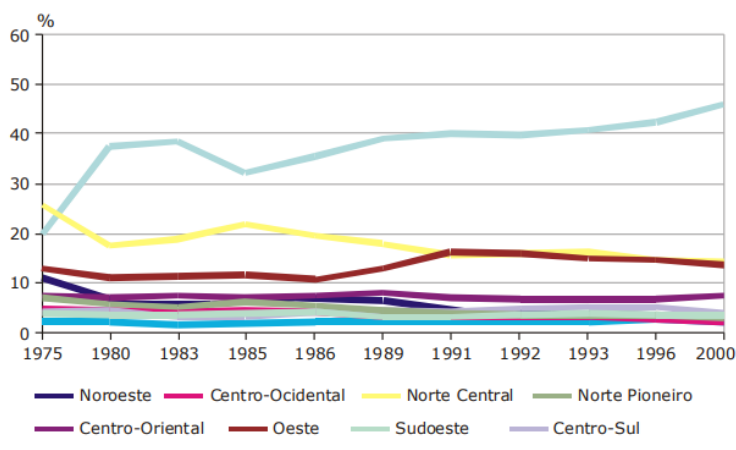
CONSIDERAÇÕES FINAIS (ainda sobre ideias a realizar)

29 Aliás, próximo de Ivaiporã, houve a experiência da Colônia Tereza Cristina, sociedade utópica proposta por Jean Maurice Faivre " (1795 -1858), ao criar um vilarejo próximo de Ivaiporã, hoje distrito do município de Cândido de Abreu (também Vale do Ivaí). Segundo Moser, em resenha do livro de Luiz Manfredini, **Retrato no Entardecer de Agosto**, “Dr. Faivre conseguiu convencer 63 franceses a atravessarem o Atlântico até o porto de Antonina, no Paraná. Durante dois meses, esse mesmo grupo caminhou até uma região do sertão do Paraná, às margens do Rio Ivaí (área onde ficam as atuais cidades de Prudentópolis e Cândido de Abreu), e ali fundou a Colônia Thereza. A vila era uma experiência de vida comunitária inspirada nos ideais socialistas utópicos de Charles Fourier (1772-1837), que pregava o malefício do uso do dinheiro e a degeneração moral que ele causava, e em seu lugar propunha uma forma de trabalho cooperativo” (MOSER, 08 out 2016).

As Instituições Públicas de Educação Superior (municipais, estaduais e federais), conforme mencionado, ao cumprirem sua tripla missão, podem contribuir para o desenvolvimento regional de maneira justa, sustentável e equilibrada, integrando social, econômica e culturalmente sua área de abrangência (mas não só). Nenhuma região (grupo populacional algum) pode ficar para trás no processo de desenvolvimento humano (essencialmente). Para isto, tomando como o exemplo o caso do Paraná, é fundamental que os atores políticos, econômicos e culturais do Estado como um todo, da capital Curitiba ao interior, animem-se para atuar solidariamente em busca do desenvolvimento sustentável e unitário [de todo Paraná], de maneira a desconcentrar economicamente a Região Metropolitana de Curitiba e promover equitativa e equilibradamente a integração do Estado.

Esta ideia, de justa combinação do desenvolvimento sustentável, de desconcentração e de busca de equilíbrio entre as regiões paranaenses, pode ser justificada em evidências demonstradas no relatório *Leituras Regionais* do IPARDES, de 2005. Para demonstrar o desequilíbrio econômico, durante o período de 1975 a 2003, a mesorregião Norte-Central, que inclui os Municípios de Londrina e Maringá (sedes de duas universidades públicas estaduais: UEM e UEL), participava, no ano de 1975, com 25,7% do Valor Agregado Fiscal (VAF) do Paraná, enquanto que a mesorregião de Curitiba, no mesmo ano (1975), detinha 19,9% do VAF. Ao chegar na virada do milênio, a mesorregião Norte-Central decaiu para 14,3% e a mesorregião da capital do Estado do Paraná alcançou 45,9% do VAF (IPARDES, 2004, p. 72).

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO VALOR ADICIONADO FISCAL DO PARANÁ - MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 1975-2000



FONTE: SEFA / IPARDES. *Leituras regionais*, 2004
NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

As linhas no **Gráfico 1**, relativas ao Valor Adicionado Fiscal (VAF), no período de 1975 a 2000, descrevem um processo de concentração econômica na Região Metropolitana de Curitiba e de diminuição da participação de outras mesorregiões do Paraná, marcadamente do Norte-Central. Além de outras causas, destacam-se os incentivos para Cidade Industrial de Curitiba – CIC, criada na década de 1970; as ações dos atores políticos hegemônicos, mormente situados na capital³⁰; o processo de mecanização da produção agrícola e a chamada “geada-negra” de 1975, que atingiu a base agrícola (cafeeira) no Norte e Noroeste do Paraná, aceleraram a queda de importância econômica das referidas regiões no último quartel do século XX.

No período de 2003-2013, de acordo com o Relatório **Vários Paraná**s, publicado em 2017, nota-se que esta dinâmica não foi alterada, especialmente a tendência de concentração econômica na Região Metropolitana de Curitiba:

os primeiros estudos de *Os Vários Paraná*s demonstraram que a concentração econômica paranaense ocorrida no período 1975-2003 desenvolveu-se em torno do Primeiro Espaço Relevante [mesorregião de Curitiba]. E, conforme já adiantado, no período de análise, 2003 a 2013, essa espacialidade assegurou sua condição de elevada relevância econômica e institucional, mantendo grande distância ante os demais espaços econômicos relevantes. Em relação ao Valor Adicionado Fiscal (VAF) Total, em 2013 essa espacialidade foi responsável por 46,54% do VAF estadual (IPARDES, 2017, p. 53).

A mesorregião do Noroeste paranaense, em que estão localizados o *Campus* do Arenito (CAR) - município de Cidade Gaúcha, o *Campus* Regional do Noroeste (CRN) - município de Diamante do Norte, o *Campus* Regional de Cianorte (CRC) e o *Campus* Regional de Umuarama (CAU), também sentiu sua participação econômica diminuir de 11,7% do VAF, em 1975, para 3,6% em 2000; ou seja, em um quarto de século, a mesorregião Noroeste reduziu, relativamente, sua representação econômica no Estado para menos de 1/3 do que detinha. De acordo com o IPARDES,

em 1975, a mesorregião Noroeste era responsável por 11,7% do VAF estadual, o que a situava na quarta melhor colocação em relação às demais. Sofreu com a reorganização econômica do Estado, desencadeada na década de 80 e aprofundada

³⁰ Diria Bourdieu (2014), à guisa de paráfrase, as capitais tendem a atrair os diversos capitais em circulação (político, econômico, cultural, científico, artístico etc.). Sem políticas de desenvolvimento regional e sem o apoio de universidades (*Flagship universities*) que exercitem genuinamente a tripla missão constitucional, especialmente ações para o bem público e o bem comum, como as ações dos atores acadêmicos para o desenvolvimento regional sustentável, a tendência é a concentração de capitais nas capitais (dos Estados e da Federação).

na década de 90, vindo a registrar somente 3,6% do VAF estadual em 2000 (IPARDES, 2004, p. 80).

O estudo *Os vários Paranás* do IPARDES, em relação à Porção Central do Paraná (proximidades do *Campus* da UEM do Vale do Ivaí), registra que esta parte do território paranaense “ganhou, no período analisado, seis instituições de ensino superior federais e um *campus* de uma universidade estadual” (IPARDES, 2017, p. 180)³¹. De forma que, respondendo aos desequilíbrios e às vulnerabilidades sociais, a interiorização da oferta de educação superior vem a tornar-se fator fundamental para a democratização econômica, social e cultural no País (não só no Paraná) e, logo, para o desenvolvimento regional sustentável, que tem o sentido de diminuir as disparidades regionais e incrementar o desenvolvimento humano e a integração social. Tal asserção é corroborada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que, em estudo publicado em 2011, assevera:

universidades e outras instituições de ensino superior podem desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento de capital humano³² e sistemas de inovação em suas cidades e regiões. Avaliações do Ensino Superior em Desenvolvimento Regional e Municipal são os meios da OCDE para mobilizar a educação superior para fins econômicos, sociais e desenvolvimento cultural de cidades e regiões (2011, p. 3)³³.

O interior do Estado do Paraná tem uma abrangente presença de Instituições Estaduais de Educação Superior. Segundo dados da SETI-PR (15 ago 2021), tendo por referências dados colhidos em dezembro de 2018, haviam 96.787 estudantes matriculados em cursos de graduação (presencial e a distância) e pós-graduação, assim distribuídos: Universidade Estadual de Maringá – UEM (22.674 estudantes), Universidade Estadual de Londrina – UEL (20.800 estudantes), Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG (13.851 estudantes), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (12.445 estudantes), Universidade do Centro Oeste

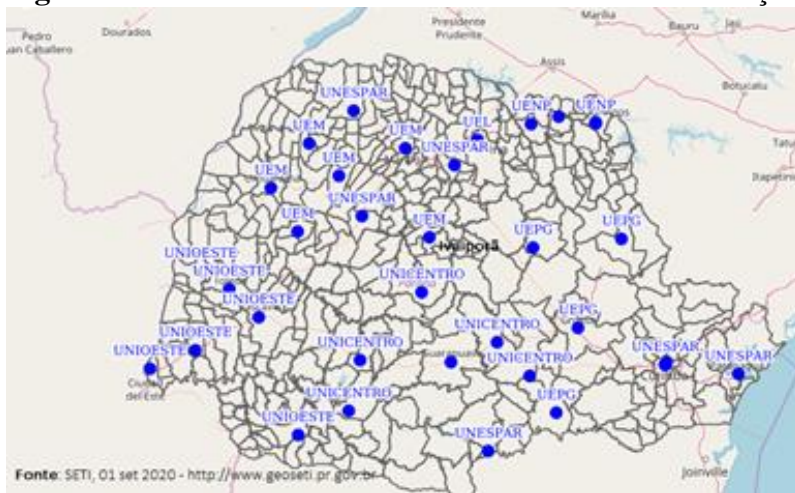
31 A nota 70, deste estudo do IPARDES, registra os nomes das IES: “Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) em Campo Mourão e Guarapuava, um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS em Laranjeiras do Sul e campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), com oferta de curso superior, em Palmas, Irati e Ivaiporã. Como iniciativa estadual, a implantação de um campus da Universidade Estadual de Maringá (UEM) em Ivaiporã [sem grifos no original]” (p. 180)

32 Estudo crítico sobre a Teoria do Capital Humano pode ser encontrado em Azevedo, 2019.

33 ORIGINAL: “Universities and other higher education institutions can play a key role in human capital development and innovation systems in their cities and regions. *Reviews of Higher Education in Regional and City Development are the OECD’s vehicle to mobilise higher education for economic, social and cultural development of cities and regions*” (2011, p. 3)

do Paraná – UNICENTRO (11.018 estudantes), Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP (5.381 estudantes), Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR (10.618 estudantes).

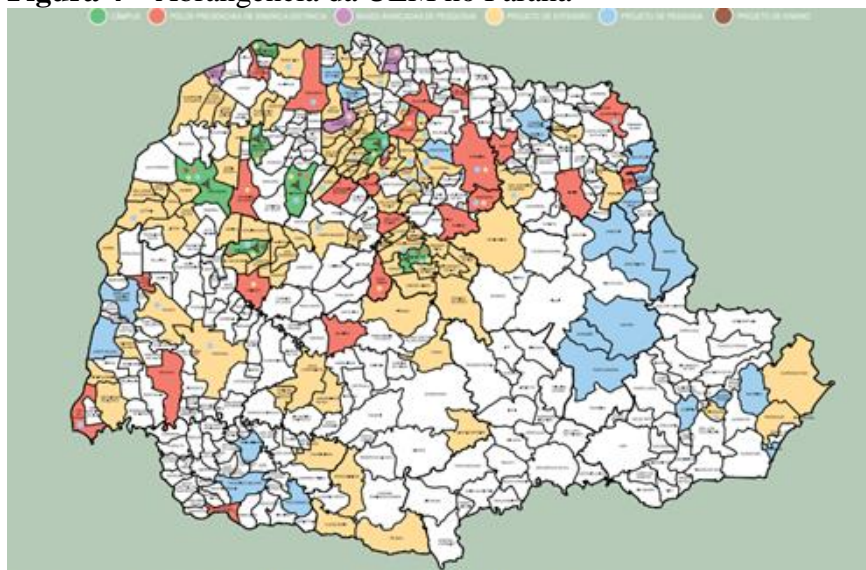
Figura 3 – Universidades Estaduais do Paraná -Interiorização da ES



Para equiponderar diferenças e desigualdades entre as regiões do Paraná, a exemplo da concentração econômica na capital do Estado, e estimular o desenvolvimento regional sustentável com vistas ao justo equilíbrio político-econômico-cultural-social, as universidades públicas paranaenses são atuantes e essenciais instituições de suporte aos diversos atores sociais (privados, coletivos, comunitários e públicos - governos e órgãos municipais, estaduais e federais). Assim, respeitando o papel similar das demais universidades públicas estaduais, pode-se dizer que a UEM, por sua presença no Estado e com sua complexa estrutura acadêmica e científica, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação, produzindo Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I) em diversas áreas do conhecimento e contribuindo com eventos, cursos e serviços de extensão, é um exemplo de “carro-chefe acadêmico” (*flagship university*) de impulso do desenvolvimento regional sustentável. Para evidenciar o potencial da UEM para o fomento regional, tendo por referência a *Base de Dados 2019*, publicado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, a UEM naquele ano-base (2019) ofereceu 69 cursos de graduação, 48 Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* (especializações), 52 Cursos de Mestrado e 26 Cursos de Doutorado³⁴.

34 A UEM, entre outras instalações, possui um Hospital Universitário (HUM), um Instituto de Línguas (ILG), um Instituto de Estudos Japoneses (IEJ), um Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análises Clínicas (LEPAC) [que, em 2018, atendeu 34.778 pessoas], 21 Anfiteatros, três Museus, uma Casa de Música, uma sala de coral, duas salas de dança, três videotecas, uma casa de cultura, uma oficina de teatro, um hemocentro, uma clínica odontológica, uma farmácia-ensino, dois restaurantes universitários, uma livraria, uma Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa (COMCAP), 295 salas de aulas, 442 laboratórios, 11 bibliotecas, 17 auditórios, um

Figura 4 – Abrangência da UEM no Paraná



Fonte: UEM. Base de Dados 2019 - ano base 2018. PLD-UEM, 2019, p. 18

Por fim, vale registrar que a UEM, com todo o respeito as demais IES públicas do Paraná, tem sido uma instituição de criação e difusão do conhecimento e, ao mesmo tempo, de realização de ideias - expressão inspirada mais uma vez na instigante obra de Schelbauer (1998). Isto é, a UEM tem colaborado, junto com suas iguais (Universidade Estadual de Londrina - UEL, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR e Universidade Estadual do Norte do Paraná UENP), para o desenvolvimento regional sustentável e para a justa, necessária e equitativa integração do Estado do Paraná. Isto porque, em tempos de economia baseada no conhecimento e da quarta revolução industrial (Azevedo, 2013), o complexo de educação superior, ciência, tecnologia e inovação (CT&I) é fundamental para que o País (como um todo – não só o Estado do Paraná) escape da armadilha da economia baseada em *commodities* e em cadeias produtivas que exigem renúncias fiscais e rebaixamentos salariais, gerando, regressivamente, produtos de baixo valor agregado e de altíssima concorrência global. Para convalidar esta afirmação (e finalizar este ensaio), recorre-se à OCDE (organização internacional representante dos países desenvolvidos

hospital veterinário para animais de grande porte, quatro quadras esportivas cobertas, oito quadras esportivas descobertas, duas quadras de tênis, um ginásio de esportes, uma pista de atletismo, uma piscina coberta e dois campos de futebol. Seus professores desenvolvem 920 projetos de pesquisa, participam em 381 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, orientam 1.411 alunos de Iniciação Científica, desenvolvem 248 projetos de extensão (beneficiando 663.449 pessoas). (UEM, 2019, p. 19).

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê políticas de educação superior: tendências e perspectivas
ISSN 1984-6576.

E-202155

24

– neste sentido, insuspeita) para testemunhar o papel das universidades públicas estabelecidas no Paraná para o desenvolvimento regional. Segundo a OCDE, em relatório sobre o papel da educação superior para o desenvolvimento regional e das cidades, “as instituições de ensino superior paranaenses estão cada vez mais atentas às oportunidades de expansão existentes, com a participação em grandes iniciativas que têm impacto direto no desenvolvimento regional” (2011, p. 63)³⁵.

Em suma, não se pode ignorar que os formuladores e executores de políticas públicas têm ciência de que a educação superior, representada neste caso pelas universidades públicas estaduais, pode cumprir, como um efetivo “carro-chefe” científico, político, social e cultural, papel positivo, propositivo e ativo no desenvolvimento regional sustentável.

Referências

ARISTÓTELES. **Ética A Nicômaco**. 4a. edição. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.

AYRES, Marcus. UEM pede melhores garantias para funcionamento de novo campus. **Gazeta do Povo**, 23 ago 2010. Extraído de < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maringa/uem-pede-melhores-garantias-para-funcionamento-de-novo-campus-35lg475ws4peary9a7o8m6nny/>>, acesso em 08 set 2020.

AZEVEDO, Aroldo de. **Cochranes do Brasil**: a vida e a obra de Thomas Cochrane e Ignacio Cochrane. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

AZEVEDO, Mário L.N. A Economia Baseada no Cercamento do Conhecimento: globalização, educação e mercadorias fictícias. In: CHAVES, Vera Jacob; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes (Orgs.). **A Universidade Brasileira e o PNE**: instrumentalização e mercantilização educacionais. 1ed. São Paulo: Xamã, 2013, v. 1, p. 95-112

AZEVEDO, Mário L.N. Bem público, teoria do capital humano e mercadorização da educação: aproximações conceituais e uma apresentação introdutória sobre 'público' nas Declarações da CRES-2008 e CRES-2018. **REVEDUC**, v. 13, p. 873-902, 2019.

BARREYRO, G.B.; SANTOS, P.P.; FERREIRA, F.B. Rankings acadêmicos internacionais nas mídias de duas universidades de pesquisa brasileiras. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 26, n. 3, 2021. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/4821>. Acesso em: 21 dez. 2021.

35 ORIGINAL: “Higher education institutions in Paraná are increasingly aware of the opportunities for expansion that exist by participation in major initiatives with direct impact on regional development”

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan-jul 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no brasil: lições da história. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara/SP, v.21, n.01, p.24-46, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.1.2017.9986>>. ISSN: 1519-9029

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). [2014] Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br>>. Acessado em: 07 set. 2021

BRASIL. Decreto nº 4.851/1871, de 11 dezembro 1871. [1871]. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4851-22-dezembro-1871-552286-norma-pe.html>>. Acesso em: 07 set 2020

CABREIRA, Luzia Grandini. Política multicampi impulsiona desenvolvimento. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, **Jornal da UEM**, n. 118, dez. 2008, p. 3.

DISPUTA POR SEDE DE UNESPAR PROVOCA TUMULTO NA ASSEMBLEIA. **Jornal Bem Paraná**, 05 Jun 2013. Disponível em <https://www.bemparana.com.br/noticia/disputa-por-sede-de-unespar-provoca-tumulto-na-assembleia-260023#.YcsLf2jMLIU>, Acesso em 22 dez 2021.

DOUGLASS, John Aubrey. THE EVOLUTION OF FLAGSHIP UNIVERSITIES: From the Traditional to the New. **CSHE Research & Occasional Paper Series**. University of California, Berkeley. Disponível em: <<http://cshe.berkeley.edu/>>, December 2016.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. Cambará. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-spp/cambara.htm>>. Acesso em: 15 set 2020.

INÁCIO, R. de O.; RODRIGUES, M. D.; XAVIER, T. R.; WITTMANN, M. L.; MINUSSI, T. N. Desenvolvimento regional sustentável: abordagens para um novo paradigma. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 11, n. 24, p. 6–40, 2013. DOI: 10.21527/2237-6453.2013.24.6-40. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/320>. Acesso em: 29^o dez. 2021.

INSTITUTION OF CIVIL ENGINEERS – ICE. **Minutes of the Proceedings of the Institution of Civil Engineers**. Obituary: William Lloyd, 1822-1905. Minutes of the Proceedings of the Institution of Civil Engineers. E-ISSN 1753-7843. Volume 164, Issue 1906, pp. 409-410, Part 2 1906. Authors: unknown. <https://doi.org/10.1680/imotp.1906.16660>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE CIDADES. Ivaiporã - Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ivaipora/panorama>>. Acesso em: 16 set 2020

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê políticas de educação superior: tendências e perspectivas
ISSN 1984-6576.

E-202155

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Os vários Paranás**: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional. Curitiba: IPARDES, 2005.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Leituras regionais**: mesorregião geográfica Noroeste Paranaense. Curitiba: IPARDES, 2004.

ITAIPU BINACIONAL. Integração ao sistema brasileiro. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br>>, publicado em 25 mar 2010. Acesso em: 15 set 2020.

LEVI-STRAUSS, Levi. **Tristes Trópicos**. Tradução de Wilson Martins. São Paulo: Editora Anhembi, 1957.

MAU, Steffen. **The Metric Society**: on the quantification of the Social. Polity: Cambridge-UK, 2019.

MULLER, Jerry Z. **The Tyranny of Metrics**. Princeton University Press/: Princeton- New Jersey, 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**: razões, princípios e programas. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

MONBEIG, Pierre. A Zona Pioneira do Norte-Paraná. In: **Boletim Geográfico**. Ano III, n. 25, abril 1945, pp. 11-17. Transcrições – Associação dos Geógrafos Brasileiros – S. Paulo, n. 3, ano I, 1935, pp. 221-236.

MOSER, Sandro. "A história da colônia socialista paranaense criada por um francês em pleno século XIX". **Gazeta do Povo**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/a-historia-da-colonia-socialista-paranaense-criada-por-um-frances-em-pleno-seculo-xix-8shw36nt6hejmk17v6uds2evk/>>. Publicado em 08 out 2016, Gazeta do Povo. Acesso em: 07 set 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **Higher Education in Regional and City Development**. State of Paraná, Brazil. OCDE:Paris, 2011. Disponível em: <www.oecd.org/edu/imhe/regionaldevelopment> Acesso em: 07 set 2021

PARANÁ. AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Ratinho Junior recebe o governador da província argentina de Tucumán. **Agência de Notícias do Paraná**. 04 jul 2019. AEN. Disponível em:

<<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=102774&tit=Ratinho-Junior-recebe-o-governador-da-provincia-argentina-de-Tucuman>>. Acesso em: 07 set 2021.

REBOUÇAS, André. Apontamentos para a Biographia do Engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho. **Revista do Instituto Polytechnico**. Rio de Janeiro, 1875, Actas das Sessões, Segunda Parte, p. 48-56.

SCHELBAUER, Anaete R. **Idéias que não se realizam** – o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998.

PARANÁ. SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SETI-PARANÁ. Secretário Nildo discute criação de campus da UEM em Ivaiporã. **Notícias**. Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Secretario-Nildo-discute-criacao-de-campus-da-UEM-em-Ivaipora>>. Acesso em: 06 set 2020.

PARANÁ. SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SETI – PARANÁ. **Notícias**. Cursos oferecidos e alunos matriculados por Instituição de Ensino Superior do Estado do Paraná. - Dez/2018. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br>>, acesso em: 15 ago 2021.

SPERANDIO, D.; AZEVEDO, M.L.N. A UEM e a comunidade regional. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, **Jornal da UEM**, n. 118, dez. 2008, p. 2.

PARANÁ. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM. Regimento Geral. Maringá, 2009. Extraído de www.uem.br, em 01 dez 2021.

PARANÁ. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM-ASP. **Base de Dados 2010**: Ano Base 2009. Maringá: Universidade Estadual de Maringá/ Assessoria de Planejamento-Coordenadoria de Planos e Informações, 2010.

PARANÁ. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM-PLD. **Base de Dados 2019**: Ano Base 2018. Maringá: Universidade Estadual de Maringá/ Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, 2019.

ZUBOFF, S. **The Age of Surveillance Capitalism**. The fight for a human future at the new frontier of power. New York: Hachette/Public Affairs, 2019.

i